

Lista de participantes com recurso

17/06/2024 | 13:46:32

DUPLICAR COPIADORA LTDA

Justificativa

Download da arquivo

ILMO. PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG Processo Licitatório nº 058/2024 Pregão Eletrônico nº 023/2024 Registro de Preço nº 012/2024 Objeto: Contratação de empresa especializada para futura e eventual prestação de serviços de cópias xerográficas de grande vulto, para atender a demanda da Rede Municipal de Ensino, neste Município. DUPLICAR COPIADORA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.801.452/0001-14, com sede à rua Santa Efigênia, nº 2235, Loja, Bairro Lima Dias, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-170, neste ato através de seu representante legal e sócio administrador Bernardo Rezende Costa, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 144.014.757-47 e RG nº MG15418252, vem a V. Srª, com fundamento no art. 165, I, "b", da Lei nº 14.133/2021, c/c art. 34, parágrafo único da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (em caso de execução de recursos federais), para apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão administrativa de julgamento e classificação de proposta manifestamente inexequível apresentada pela licitante GABRIEL SEABRA FERREIRA 06788886636 (ME), declarada vencedora do certame referenciado acima, pelo que passa a expor. DOS FATOS Na data de 12/06/2024, o Ilmo. pregoeiro desta municipalidade deu início à sessão pública para contratação de empresa especializada em serviços de cópia xerográfica de grande vulto, através da respectiva plataforma eletrônica, sendo que sete empresas participaram da fase de lances. Inicialmente declarada vencedora, a licitante JAQUELINE VIEIRA DE STEFANI LOCACAO DE MAQUINAS, arguindo não ter logrado êxito em sanar os problemas técnicos para juntada de documentos de habilitação no sistema, solicitou que sua proposta fosse desclassificada. Desta forma, com fundamento no item 8.17 do Edital, foi declarada a INABILITAÇÃO da mesma pelo agente público responsável pela condução do certame. Ato contínuo, o item vencido foi repassado ao segundo colocado, tal seja GABRIEL SEABRA FERREIRA 06788886636 (ME), que apresentou proposta no valor unitário de R\$ 0,07 (sete centavos) por cópia, valor inferior à 50% do preço referencial do certame, tendo a respectiva documentação sido conferida pelo pregoeiro, que entendeu por sua Habilitação. Outrossim, a licitante FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA, classificada em segundo lugar, apresentou proposta no valor unitário de R\$ 0,08 (oito centavos) por cópia, correspondente à 50% do preço referencial do certame, em expressa inexecutabilidade da mesma. Diante da conclusão da fase de habilitação e da apuração da licitante vencedora, a então Recorrente manifestou tempestivamente sua intenção de interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão do pregoeiro que declarou a licitante GABRIEL SEABRA FERREIRA 06788886636 (ME) vencedora do certame, em expressa violação da legislação pátria vigente, cabendo ao pregoeiro proceder com a sua desclassificação, revendo sua decisão, pelo que fica desde já requerido. II DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS A interposição do presente recurso é tempestiva, considerando o prazo de 03 (três) dias úteis iniciado em 12/06/2024 com término em 17/06/2024, conforme previsão editalícia vertida no item 10.20.14, e Lei Federal n. 14.133/2021 (art. 165, I). A empresa Recorrente não venceu o certame, portanto, evidencia o interesse recursal. A peça de irrisignação é proposta por empresa credenciada e participante do certame, o que atesta a sua legitimidade. III DAS RAZÕES RECURSAIS Ilegalidade na classificação de propostas manifestamente inexequíveis. Mergulho. Evidente risco à efetiva viabilidade de execução do contrato. Supremacia do Interesse Público. Dever de adoção de boas práticas e controle de riscos. A nova lei de licitações trouxe mecanismos de extrema relevância para acatamento dos objetivos que devem nortear as contratações públicas. Dentre eles, começamos destacando o objetivo preconizado no inciso III do art. 11, na qual há obrigação dos agentes públicos atuantes no certame evitarem contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis, como ocorreu no Pregão Eletrônico nº 023/2024, conforme restará comprovado adiante. A licitante GABRIEL SEABRA FERREIRA 06788886636 (ME), declarada vencedora, (sedlada na cidade de Belo Horizonte), apresentou proposta inferior a 50% do preço médio do certame, bem como a licitante FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA, classificada em segundo lugar, (sedlada na cidade de Juiz e Fora), apresentou proposta correspondente a 50% do preço referencial do certame, o que compromete sobremaneira a eficiência da execução contratual, mormente quando considerados todos os custos inerentes à própria execução do objeto. Ademais, há de se considerar os custos referentes aos reiterados deslocamentos necessários para entrega das cópias de materiais pedagógicos que serão utilizados para atendimento das 45 (quarenta e cinco) unidades escolares e dos 12.762 (doze mil setecentos e sessenta dois) alunos matriculados, entre a sede da empresa declarada vencedora, (Belo Horizonte) ou até mesmo da licitante classificada em segundo lugar (Juiz de Fora), até a sede da Secretaria requisitante (SEMED, Conselheiro Lafaiete). Com efeito, a despeito de ambas propostas restarem manifestamente inexequíveis, esta Recorrente, a priori, se limitará a rechaçar a proposta declarada vencedora, em subserviência ao disposto no § 1º do art. 59 da NLLC, o que não impede que a autoridade condutora do certame proceda com a análise de exequibilidade das duas propostas, em homenagem aos princípios da eficiência e celeridade, sobretudo porque o problema evidenciado no estudo técnico preliminar refere-se à demanda característica de serviço essencial-educação. Bem assim, ao declarar vencedor do presente certame a licitante GABRIEL SEABRA FERREIRA 06788886636 (ME), V.S.ª não observou a obrigação imposta no art. 59, III da NLLC, tal seja, de proceder com a desclassificação de propostas que apresentarem preços inexequíveis, omitindo-se ainda, no dever de diligenciar para certificar a conformidade da mesma, conforme expressamente disposto no § 2º do art. 59 da NLLC e conforme entendimento pacificado pelo Tribunal de Contas da União, senão vejamos: ACÓRDÃO Nº 2088/2024 - TCU - 2ª Câmara 9.3. determinar, nos termos do art. 45 da Lei 8.443/1992, ao Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional no Amazonas (SR/PF/AM) que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote providências no sentido de retornar, na Concorrência 2/2023, à fase de análise de proposta de preços, tendo em vista que o critério estabelecido no art. 59, inciso III e § 4º, da Lei 14.133/2021 deve conduzir a uma presunção relativa de inexequibilidade, devendo ser dada oportunidade aos licitantes de demonstrarem a exequibilidade de suas propostas, em atenção à Súmula TCU 262 e ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Ao declarar vencedora a proposta comercial cujo valor é inferior à 50% do ----preço médio de referência do certame, o pregoeiro da municipalidade, data máxima vênia, não considerou a eficiência necessária à execução contratual. Isto porque, diante da latente impossibilidade de cumprimento da obrigação adquirida no presente certame, a futura contratada poderá atrasar com as entregas e ou descumprir parcialmente o contrato, prejudicando o calendário escolar e impondo a instauração de processo administrativo disciplinar. É bem verdade que a nova disciplina legal abandonou a hipótese de aferição da inexequibilidade a partir das próprias propostas dos licitantes, subsistindo tão somente o limite apurável a partir de percentual incidente sobre o valor orçado pela Administração, que no presente caso, foi de R\$ 0,16 (dezesseis centavos) por cópia. E, a despeito da aparente subjetividade permissiva na NLLC, a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022, de observância obrigatória quando da execução de recursos federais, - o que pode ser o caso dos autos caso o objeto almejado no certame seja subsidiado com recursos vinculados da Educação, - traça contornos mais definidos sobre o tema, vejamos: Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. Parágrafo único. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove: I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta. Ora, ao apresentar proposta comercial com valor unitário de R\$ 0,07, quando o preço médio referencial é de R\$0,16, a licitante vencedora certamente não está atendendo as regras inerentes à atividade mercantil nas contratações públicas: de um lado está o Município de Conselheiro Lafaiete, buscando satisfazer os interesses públicos evidenciados pela SEMED no ETP, contratando pessoas jurídicas para fornecimento de bens ou serviços com o menor dispêndio financeiro possível. Do outro lado encontram-se os particulares, que participam das licitações com objetivo de obter lucro. Portanto, estamos diante da busca sistematizada entre o menor preço almejado pela municipalidade e a maximização dos lucros cobijados pelos particulares. Ocorre que a licitante declarada vencedora não apresentou proposta economicamente viável, considerando todos os riscos inerentes à prestação dos serviços contratados. O valor inexequível segundo a doutrina é "...aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inacreditável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-se-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegalmente, inclusive asfixiando competidores de menor porte." (PEREIRA JUNIOR, Jesse Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. p.559) Quando os licitantes "mergulham" no preço para sagrarem-se vencedores do certame, há inúmeros riscos e prejuízos ao interesse público e à eficiência da execução contratual, comprometendo a entrega e ou a qualidade dos bens ou a execução dos serviços conforme o planejado e conforme necessita a Secretaria requisitante. Tal prática é descrita por André Martins Pereira Neto de forma brilhante, senão vejamos: "A legislação prevê medidas para coibir a apresentação de propostas com preços inexequíveis, visando assegurar que as ofertas sejam capazes de entregar os resultados mais benéficos para a Administração Pública. Contudo, em algumas situações, o agente público responsável pela licitação pode não ter dado a devida atenção ou pode ter sido induzido ao erro pelo licitante, resultando na adjudicação de um contrato com um preço inexequível. Após a adjudicação do objeto, o licitante aproxima-se da realização de seu objetivo. Seguindo esse ponto, existem várias estratégias que os licitantes podem adotar. Contudo, focaremos na análise de duas dessas estratégias: i) quando convocado para assinar o contrato ou ata de registro de preço condicionam a assinatura ao deferimento posterior do reequilíbrio econômico-financeiro; ii) após assinar o contrato ou ata de registro de preço condicionam o início da execução do objeto ao deferimento pela Administração do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O objetivo dos licitantes é um só, ser beneficiado posteriormente a assinatura do contrato com a revisão dos preços através do pedido de reequilíbrio econômico financeiro sem que estejam preenchidos os requisitos legais para a concessão." (g/n) Ora, em uma simples análise entre o preço médio referenciado nos autos do Pregão Eletrônico 23/2024 e a proposta declarada vencedora, tem-se claramente que a empresa responsável não considerou os custos dos insumos inerentes às cópias, aos tributos, ônus previdenciários, trabalhistas, bem como não considerou os reiterados deslocamentos necessários entre a sede da empresa (Belo Horizonte) e a sede da secretaria requisitante, para a consecução da entrega do material pedagógico, o que será necessário durante todo o calendário escolar. No presente caso, observa-se uma flagrante disparidade entre o valor apurado pela Administração como média aceitável de mercado e o valor final da proposta vencedora, o que certamente ocasionaria problemas na execução contratual, conforme já exposto. A coletividade não pode ser prejudicada por eventual descumprimento das cláusulas do contrato administrativo, tendo por fundamento precipuo, as propostas inexequíveis apresentadas. Ademais, o que deve ser levado em consideração por parte de V. Srª são os princípios da INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO, bem como da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. Sobre a exclusão de propostas por inexequibilidade, Marçal Justen Filho leciona o seguinte: "A Administração não pode ignorar as regras legais e editalícias, admitindo como válidas propostas que se configurem como inexequíveis. Antes de tudo, a Administração tem de respeitar o ato convocatório. Se houve explícita referência à inexequibilidade e sobre critérios de desclassificação correspondentes, a Administração não pode ignorar o conteúdo das próprias exigências - especialmente porque uma parcela dos licitantes pode ter respeitado lealmente a disciplina do ato convocatório, não sendo admissível a lesão a seus interesses com decorrência de sua honestidade. Os arts. 44, § 3.º, e 48, II e § 1.º e 2.º, devem ser interpretados no sentido de que a formulação de proposta de valor reduzido exige avaliação cuidadosa por parte da Administração. A evidência de prática de valor irrisório deve conduzir a formulação de diligências, destinadas a apurar a viabilidade da execução, inclusive com a verificação de outros dados no âmbito do licitante." (g/n). Ilmo Pregoeiro, enquanto agente público condutor do certame, em homenagem ao princípio da autotutela, cabe a V. Srª a adoção de boas práticas para gestão de riscos e controle preventivo das contratações públicas, aqui consubstanciada na adoção de diligências para a verificação da informalidade ora denunciada na proposta vencedora, bem como, via de consequência, na desclassificação da (s) proposta (s) inexequível (s) apresentadas no certame. IV DOS PEDIDOS Considerando-se o valor máximo estimado pela Administração, conforme previsão do Edital em comento, vislumbra-se que a proposta vencedora não pode ser considerada exequível, assim como a proposta classificada em segundo lugar, uma vez que destoam completamente dos preços médios praticados no mercado. Neste sentido, com fundamento no § 2º do art. 59 da NLLC, a Recorrente requer que V.Srª reconsidere a decisão que julgou e classificou as propostas vertidas no certame em comento e, bem assim, sejam adotadas diligências para a verificação da informalidade ora denunciada na proposta vencedora, bem como, via de consequência, seja declarada a desclassificação da proposta apresentada pela licitante GABRIEL SEABRA FERREIRA 06788886636 (ME), com fundamento no Inciso IV do art. 59 da NLLC. Ato contínuo, em homenagem aos princípios da celeridade e eficiência, considerando a latente inexequibilidade da proposta apresentada pela licitante FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA, classificada em segundo lugar, a Recorrente pugna sejam adotadas diligências para a verificação da informalidade ora denunciada na sobredita proposta, bem como, via de consequência, seja a mesma julgada como desclassificada, com fundamento no Inciso IV do art. 59 da NLLC, declarando-se como vencedora do presente certame a Recorrente DUPLICAR COPIADORA LTDA, cuja proposta é exequível e respeitos todos os requisitos legais vigentes. Nestes termos, pede e espera deferimento. Conselheiro Lafaiete, 17 de junho de 2024. DUPLICAR COPIADORA LTDA Por seu representante legal Bernardo Rezende Costa